



EDIÇÃO



CONSE
Congresso Nacional
dos Engenheiros



ESPECIAL

Buscar o desenvolvimento com valorização da engenharia



Fotos: Beatriz Arruda

O X Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), realizado em 13 e 14 de setembro, em São Paulo, debateu a conjuntura nacional e apontou rumos para superar a crise e retomar o crescimento. Nesse projeto, a categoria deve ter papel estratégico. *Páginas 2 a 6*

Votação

Delegados reelegem Murilo Pinheiro presidente da FNE

Página 8

Sindicalismo

Como resistir aos ataques e avançar na representação coletiva

Página 7

Um congresso fundamental

Esta edição especial do **Engenheiro** traz a cobertura completa do X Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), realizado em São Paulo, nos dias 13 e 14 de setembro. Promovido pela FNE a cada três anos, é o evento mais importante da agenda da entidade. Nesta edição, revestiu-se de ainda maior relevância, tendo em vista a crise enfrentada pelo País que atinge fortemente a engenharia e seus profissionais. Por isso mesmo, a atividade teve como mote "retomar o desenvolvimento e defender os engenheiros".

Dividida em dois painéis, a programação abordou no primeiro deles a necessidade de mudanças na política econômica; volta dos investimentos públicos e privados e das obras paralisadas; indústria nacional; petróleo e setor elétrico. A sequência das discussões foi dedicada aos desafios do movimento sindical, trazidos sobretudo pela Lei 13.467/2017, que instituiu a reforma trabalhista.

Durante o X Conse, aconteceu também a eleição da diretoria que ficará à frente da FNE no triênio 2019-2022. Com os votos da maioria esmagadora dos delegados dos 18 sindicatos filiados à entidade, foi eleita a chapa que reconduziu Murilo Pinheiro à presidência.

O resultado do pleito foi divulgado durante a plenária final do congresso que também aprovou a Carta do X Conse e 19 moções voltadas a temas essenciais à categoria. Todos os documentos estão disponíveis no site da FNE, no link <https://goo.gl/1zftiL>.

Boa leitura.

Reunidos para X Conse, engenheiros apontaram os rumos a seguir

Construir um Brasil melhor

Murilo Pinheiro

REPRESENTANTES dos 18 sindicatos filiados à FNE reuniram-se em São Paulo para a realização do X Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), nos dias 13 e 14 de setembro (leia cobertura completa nesta edição). Durante o evento, esses profissionais debateram duas questões fundamentais para a entidade e para o País: a retomada do desenvolvimento e o fortalecimento do movimento sindical. Ao longo das excelentes palestras até a plenária final, desenhou-se uma proposta de reconstrução dos caminhos para o crescimento econômico, com geração de empregos, distribuição de renda, fortalecimento da indústria, aprimoramento da infraestrutura, garantia de saneamento básico e avanços na área energética, com a preservação dos interesses nacionais. Destaque também para a necessidade premente de recuperar o sistema de ciência, tecnologia e inovação no País, hoje em frangalhos. Ainda na agenda do X Conse, a valorização do trabalho e a garantia de



representação coletiva para que as entidades possam defender os profissionais. Esse norte de mudanças necessárias integra as resoluções do nosso congresso e o programa de trabalho da nossa federação, cuja diretoria para o triênio 2019-2022 foi eleita durante o evento. Tenho a honra de encabeçar a equipe que ficará à frente da nossa entidade neste período, com o compromisso firme de não medir esforços para defender os engenheiros e lutar para

que tenham remuneração digna, condições de trabalho adequadas e reconhecimento de sua capacitação técnica.

As bases definidas nessa jornada da FNE também orientam nossa atuação junto à sociedade e aos poderes públicos. Sabemos que Brasil queremos – desenvolvido, justo, democrático e soberano –, e estamos dispostos a dar a nossa efetiva contribuição para concretizar esse projeto.

Realizado a menos de um mês das eleições gerais de 2018, o X Conse foi também um chamado à nossa responsabilidade como cidadãos pelo futuro do País. Superar a profunda crise econômica e política que já atravessa anos exige seriedade e compromisso com o interesse público por parte de todos. Àqueles que serão eleitos representantes e governantes, cabe missão crucial de conduzir a nação corretamente,

Profissionais darão, de forma unitária, sua contribuição por um país desenvolvido, justo, democrático e soberano, no qual tenham oportunidade de atuação.

MARINGONI



buscando soluções racionais e factíveis voltadas ao bem-estar da maioria da população. Dos que depositarão seus votos neste mês de outubro espera-se que o façam de forma consciente e tendo em mente o que é melhor para todos os brasileiros.

O pleito que se avizinha é oportunidade fundamental para participarmos ativamente da decisão sobre os rumos do País. O momento é de fortalecer a democracia, que, sem dúvida alguma, precisa estar no centro de todo e qualquer projeto.

Vamos juntos e com otimismo construir uma nação da qual nos orgulharemos.

Murilo Pinheiro é presidente da FNE

ENGENHEIRO – Publicação da Federação Nacional dos Engenheiros

Diretor responsável: Murilo Pinheiro. **Conselho Editorial:** Murilo Pinheiro, Carlos Bastos Abraham, Manuel José Menezes Vieira, Disneys Pinto da Silva, Antonio Florentino de Souza Filho, Luiz Benedito de Lima Neto, José Luiz Bortoli de Azambuja, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Thereza Neumann Santos de Freitas, Maria Odineia M. Santos Ribeiro, Modesto F. dos Santos Filho, Clarice M. de Aquino Soraggi, Gerson Tertuliano, Edson Kiyoshi Shimabukuro, Sebastião A. da Fonseca Dias, Wissler Botelho Barroso, Francisco Wolney Costa da Silva, José Ailton Ferreira Pacheco, Tadeu Ubirajara Moreira Rodriguez, Maria de Fátima Ribeiro Cô, Antônio Ciro Bovo, José Carlos Ferreira Rauen, Lincoln Silva Américo, Celso Atienza, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo. **Editora:** Rita Casaro. **Revisora:** Soraya Misleh. **Diagramadores:** Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Sede:** SDS Edifício Eldorado, salas 106/109 – CEP 70392-901 – Brasília – DF – **Telefone:** (61) 3225-2288. **E-mail:** imprensa@fne.org.br. **Site:** www.fne.org.br. **Tiragem:** 5.000. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** Outubro de 2018. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da FNE.



Autoridades prestigiaram abertura do evento e destacaram papel da profissão no desenvolvimento

Valorizar a engenharia para avançar

Deborah Moreira

Enfrentar os desafios e superá-los com determinação e unidade. Essa foi a tônica da abertura do X Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse). Realizado em 13 e 14 de setembro pela FNE, na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), o evento contou com a presença de representantes dos 18 sindicatos filiados à federação. Nas falas de lideranças e autoridades, o mote da atividade: “retomar o desenvolvimento e defender os engenheiros”.

Em sua saudação inicial, Murilo Pinheiro, presidente da federação, lembrou o momento atual pelo qual o Brasil passa “extremamente complicado” e pediu calma, força e coesão. “Nós entendemos perfeitamente que somente com a engenharia unida vamos conseguir um Brasil mais forte.” Destacando o crescimento dos sindicatos devido a anos de trabalho e dedicação, o dirigente encorajou os presentes a buscarem saídas para a crise, citando o esforço iniciado em 2006, com a construção das propostas do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que neste ano teve mais uma edição com novas ideias aos futuros governantes.

Necessidade de planejar e retomar atividade no setor foi destacada por parlamentares, representantes do Sistema Confea/Creas e da academia, lideranças sindicais e empresariais.

Ana Adalgisa Dias Paulino, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte (Crea-RN), lembrou da importância de haver mais mulheres na profissão e na política. Dirigindo-se ao presidente da FNE, destacou: “Algo que aprendi com você, temos que nos unir ainda mais, porque a engenharia unida é muito mais forte. Pelo



À abertura, Murilo Pinheiro, presidente da FNE (no púlpito): “Somente com a engenharia unida vamos conseguir um Brasil mais forte.”

desenvolvimento do Brasil e para proteger a nossa inteligência.” Na mesma linha, o vice-presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Ubiratan Félix Pereira da Silva, falou do papel importante da FNE, “uma vez que é a maior entidade nacional da categoria”.

O deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL), integrante da Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional, enfatizou a importância de não só fazer obras, mas decidir quais devem ser feitas. “O que precisamos é da valorização e do reconhecimento da engenharia, mas isso não vai acontecer se ficarmos alheios aos processos”, alertou Lessa.

Para Joel Krüger, presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), o tema do X Conse foi oportuno: “Se queremos efetivamente recuperar o Brasil, precisamos que a engenharia esteja à frente das principais ações. Sabemos planejar, executar, e temos que também estar no comando.”

Paulo Guimarães, presidente da Mútua – Caixa de Assistência dos Profissionais dos Creas, arrematou: “Na defesa da en-

genharia, da soberania nacional, vamos seguir juntos para que a engenharia passe de novo a ser liderança nas tomadas de decisões do nosso país.”

Brasil em debate

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), destacou a necessidade de fortalecer as entidades sindicais para atuarem em defesa do trabalho. “Estamos com 14 milhões de desempregados. E certamente um congresso com essa dimensão e qualidade sinaliza caminhos, constrói pontes e possibilidades”, disse.

Harki Tanaka, diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (UFABC), reforçou a preocupação com as oportunidades no mercado, inclusive para a categoria. “A grande incerteza é como responder a pergunta dos alunos: ‘Vou ter emprego, vou ter bom salário?’ Essa é uma angústia que estamos vivendo em sala de aula”, relatou.

“Vivemos um momento eleitoral crucial. É gravíssima a situação. Ando pela cidade e vejo que áreas importantes estão

sendo tomadas pelo crime organizado por conta da fragilidade do poder público. Muitos defendem Estado mínimo, mas não se dão conta que não é isso que precisamos. Precisamos de Estado eficiente”, alertou o vereador na cidade de São Paulo Eliseu Gabriel (PSB).

Também representante da câmara paulistana, Police Neto (PSD) lembrou que viver em cidade grande é algo relativamente recente, já que até os anos 1950 a maioria da população ainda morava no campo. Assim, argumenta ele, é preciso que haja conhecimento e políticas públicas responsáveis para garantir bem-estar aos cidadãos. “Portanto, temos que ter espírito público e engenharia”, resumiu.

Gilberto Natalini (PV), mais um vereador da capital paulista presente, fez questão de destacar a importância do local escolhido para receber o evento e debater os rumos do País. “Esta casa e este auditório têm tudo a ver com a vida dos engenheiros de São Paulo e do Brasil, mas também tem tudo a ver com a vida da sociedade. Aqui fizemos dezenas e até centenas de reuniões para discutir, organizar, planejar e praticar a busca da democracia.”

Também compuseram a mesa o secretário de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, Clodoaldo Pelissio; João Carlos Meireles, secretário licenciado de Energia e Mineração do Estado de São Paulo; presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, Regional São Paulo (Sinaenco-SP), Fernando Jardim Mentone; Arioaldo Tedeschi, representante do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP); e o presidente da Companhia Energética de São Paulo, Almir Martins. Prestigiaram ainda a sessão de abertura os presidentes dos Creas de Alagoas, Fernando Dacal, do Distrito Federal, Fátima Ribeiro Cór, da Bahia, Luís Edmundo Prado de Campos, do Amapá, Edson Kuwahara, e do Maranhão, Berilo Macedo.

Alterar prioridades na política econômica e garantir investimento p

Brecar desmonte nacional e

Soraya Misleh

A um projeto nacional, a retomada da engenharia é fundamental. Esse foi o consenso extraído durante o painel intitulado “Engenharia e desenvolvimento: brecar o desmonte e voltar a crescer”, durante o X Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), realizado em São Paulo nos dias 13 e 14 de setembro último.

O norte à discussão foi dado ao início pelo coordenador da atividade e vice-presidente da FNE, Carlos Bastos Abraham. Ele citou trecho da apresentação da nova edição “Retomada da engenharia nacional” do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, assinada por Murilo Pinheiro, presidente da entidade: “Premissa inescapável de um plano para garantir crescimento econômico e condições de vida digna à população é a retomada da engenharia nacional. Não há hipótese de se alcançar prosperidade e avanço com o desmonte da capacidade tecnológica do País, hoje lamentavelmente em marcha acelerada.” (confira o documento na íntegra em <https://goo.gl/e1Bok9>).

A conjuntura econômica que leva a este diagnóstico e a política a ser adotada para que o País retome a rota do desenvolvimento foi abordada pelo consultor do “Cresce Brasil” e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Recuperar protagonismo da engenharia nacional é premissa para o Brasil avançar, com volta do crescimento e condições dignas de vida à população, apontam especialistas.

(PUC-SP), Antonio Corrêa de Lacerda. Ele lembrou que o Brasil, ao longo do século XX, a partir da crise internacional de 1929, “venceu importante desafio de se transformar de economia primária em industrial”. O País obteve então, como contou o especialista, crescimento exponencial, que se situou, entre 1946 e 1979, em 7,5% na média.

Esse processo foi abalado a partir da crise dos anos 1980, conforme apontou o palestrante, e se manteve. “E mais recentemente vivemos a mais grave crise da nossa história. A queda nos investimentos em infraestrutura é de 25% a 30%, o menor nível já registrado no País.” Entre os problemas, Lacerda salientou a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congela os gastos sociais públicos até 2036, e a dificuldade de crédito para financiamento. Isso porque a taxa real de juros segue elevada com impactos sobre a produção, o consumo e as inversões – a despeito da redução da Selic de 14% para 6,5% ao ano. “Vemos algum sinal de recuperação, com PIB positivo, mas em base ainda muito baixa. Os efeitos deletérios se traduzem em grave processo de desindustrialização precoce, voltando aos níveis de dez anos atrás, e, em especial, desemprego. São 27% da população economicamente ativa sem situação regular de trabalho.” Esse contingente de 28 milhões de pessoas engloba os desempregados, os subempregados e os desalentados, que desistiram de buscar

Fotos: Beatriz Arruda



Antonio Corrêa de Lacerda (no púlpito): “É preciso derrubar assim como políticas monetária, industrial, comercial e de

uma vaga. Segundo ele, diante de enorme potencial de consumo em um país de 210 milhões de habitantes e queda industrial, o gap tem sido coberto com importação sobretudo de produtos da China. A consequência é um déficit “monstruoso” na balança comercial de manufaturados, cujo efeito, de acordo com sua explanação, “só não é maior” por conta da agricultura e do setor de mineração.

Autor de nota técnica para a nova edição do “Cresce Brasil” sobre o tema, ele vaticinou: “A saída é mudança radical nas prioridades da política econômica. Foram pagos no ano, em juros da dívida pública, cerca de R\$ 400 bilhões, e o Estado investiu pouco mais de R\$ 20 bilhões. É preciso derrubar a Emenda Constitucional 95 e repensar a estrutura dos gastos públicos, assim como as políticas monetária, industrial, comercial, de ciência e tecnologia. O papel dos bancos públicos é fundamental.” E complementou: “Falar em retomada do crescimento e desenvolvimento passa pela reindustrialização, mas em bases



Engenheiros de Norte a Sul do País participaram dos debates realizados em São Paulo, por ocasião do X Conse.

produtivo para País voltar a crescer e gerar empregos de qualidade

retomar o desenvolvimento



ar Emenda Constitucional 95 e repensar estrutura dos gastos públicos, ciência e tecnologia.”

diferentes, diante da indústria 4.0, nanotecnologia, internet das coisas.”

Lacerda ponderou que parte dos empregos perdidos com a crise não serão recuperados, em face às novas tecnologias, fenômeno mundial. A saída adotada por diversos países tem sido redução de jornada sem diminuição de salário – bandeira histórica do movimento sindical – e renda básica de cidadania. Na sua ótica, esses temas “podem e devem ser enfrentados. Temos que aproveitar esta oportunidade. Cabe a nós abrir espaço maior para essas discussões, que não se restringirão ao período eleitoral”.

Resgatar engenharia

Também consultor do “Cresce Brasil” e autor na recente edição da nota técnica “Venda de controle acionário da Embraer para Boeing: contexto e desafios para o governo brasileiro”, o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Marco Aurélio Cabral Pinto ressaltou que o quadro nacional não pode ser compreendido fora do contexto

internacional. Na sua concepção, é crucial recuperar o pacto político e rever o federativo, assegurando protagonismo aos estados e municípios – ao que a engenharia é fundamental. “Sem isso, não será possível retomar um projeto nacional, com planejamento participativo com ênfase na infraestrutura urbana, na direção de atender as demandas da população. Inúmeras ações revertem rapidamente em emprego e percepção de desenvolvimento social.” Sob esse horizonte, Cabral Pinto defendeu como central “a retomada da garantia de conteúdo nacional ao futuro do País e o fortalecimento das instituições públicas”. Entre elas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao financiamento de projetos e investimentos em prol da sociedade.

A proposta é avalizada por João Alfredo Delgado, diretor executivo de tecnologia da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Como ressaltou ele, perdeu-se a capacidade de planejar e fazer

projetos. Enquanto isso, de acordo com sua palestra, só em rede de esgotos, há 300 mil quilômetros por fazer no País, e em água, 200 mil km – e a Medida Provisória 844/2018 (que altera o marco regulatório do setor) vai na contramão dessa demanda. “É preciso resgatar a engenharia nacional. Sem investimentos em infraestrutura e conectividade por exemplo no campo, vamos perder o bonde da história. Temos que definir se queremos ser tecnologicamente modernos ou não.”

Destravar obras paradas

O painel trouxe ainda o tema premente da retomada dos milhares de obras paradas no País. “É um prejuízo enorme, e a sociedade é quem paga por isso”, enfatizou o deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL), integrante da Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional. O consultor do projeto “Cresce Brasil” Artur Araújo observou que hoje “essa infraestrutura está se deteriorando em

Reindustrialização, planejamento, inversão em infraestrutura e fortalecimento do papel do Estado com indutor desse processo estão entre as medidas apresentadas durante congresso da categoria.

velocidade acelerada”. Lessa enumerou várias razões para tanto, como burocracia, falta de projeto executivo, corrupção. E foi categórico: “Se houvesse carreira pública de Estado para engenheiro não haveria tanto problema. Precisamos de um projeto para o País que passa por manter a Embraer e as empresas estatais, como Eletrobras e Petrobras, bem como pela volta das ferrovias.” Autor de nota técnica para a nova edição do “Cresce Brasil” intitulada “Os desafios da Frente Parlamentar da Engenharia”,

Lessa concluiu: “O Congresso Nacional é impulsionado pela força da sociedade, vamos construir um futuro melhor.”

Como frisou Araújo, está nas mãos da categoria oferecer ao futuro governante, como saída à recuperação econômica do País, a retomada das obras paradas. “O investimento é menor, já que parte já foi feita, é muito mais rápido e fácil, além de boa parte já estar licitada.” Nesse caminho, o consultor do “Cresce Brasil” apontou a necessidade de se definirem alguns critérios, como iniciar a retomada pelas obras que gerarem mais empregos, assegurarem compra de mais insumos nacionais, tiverem maior impacto sobre a cadeia produtiva e na vida do cidadão.

A solução é defendida ainda por Fernando Mentone, presidente do Sindicato Nacional de Engenharia e Arquitetura Consultiva – Regional São Paulo (Sinaenco-SP). Conforme ele, apesar de lenta recuperação, com crescimento de 0,2% do PIB nacional, na indústria da construção civil a marcha ainda foi descendente no segundo trimestre de 2018: menos 0,8% em comparação ao primeiro, que “já acumulava queda de 1,7%”. Enquanto começa a haver alguma retomada no faturamento de pequenas e médias empresas do setor, o mesmo não ocorreu até o momento no segmento de consultoria, que vivenciou queda entre 2011 e 2017 de 65%. Para ele, é fundamental retomar a engenharia, com planejamento, investimento em projeto e regras claras.

Confira as apresentações dos palestrantes

- Antonio Corrêa de Lacerda: <https://goo.gl/phtpoK>
- Marco Aurélio Cabral Pinto: <https://goo.gl/hxGdxg>
- João Alfredo Delgado: <https://goo.gl/oPEjde>
- Fernando Mentone: <https://goo.gl/oo5e1T>

Eletrobras e Petrobras são empresas fundamentais para o crescimento do País

Privatização prejudica setor energético

Rosângela Ribeiro Gil

A indústria petrolífera e o setor elétrico brasileiro entraram em pauta na programação do X Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), que aconteceu em 13 e 14 de setembro, em São Paulo. O assunto foi tratado no primeiro dia do evento, dedicado ao debate sobre como retomar o desenvolvimento nacional. Os especialistas convidados a tratar da questão, Roberto Pereira D'Araújo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina); Carlos Monte, coordenador técnico do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, da FNE; e Ricardo Maranhão, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), foram unânimes em apontar a necessidade de um modelo que atenda à sociedade brasileira, e não apenas aos interesses econômicos empresariais, especialmente estrangeiros. Como salientou o coordenador da mesa e do projeto “Cresce Brasil”, diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), Fernando Palmezan, a energia é um dos insumos mais importantes à garantia do crescimento econômico.

O representante do Ilumina criticou a confusão atual do sistema elétrico brasileiro: “Ninguém consegue entender.” A situação advém, segundo ele, do setor já se encontrar totalmente privatizado e mercantilizado. “Há uma falta de transparência nas informações. E a agência reguladora, a Aneel, é totalmente falha.” Tal cenário, afirmou, gera duas vítimas, a Eletrobras e os consumidores. A primeira, discorreu, é acusada de ineficiente, e não é. “Se alguém quiser culpar alguma coisa deve se dirigir ao setor privado”, esclareceu.

Já os consumidores, prosseguiu, são impedidos de entender como funciona o sistema e como se dá a definição das tarifas. Por isso, as distorções acontecem, citando: “Em 2011, o setor residencial chegou a pagar 30 vezes mais caro do que o mercado livre (que não compra a energia das distribuidoras e tem demanda contratada maior ou igual a 500 kW).” O



Especialistas apresentam cenário privatizante que compromete soberania nacional e excelência no setor energético.

Brasil, explicou ele, adotou um modelo que não leva em conta que a garantia do fornecimento não vem de uma usina, mas de um sistema como um todo, criando os mercados livre e cativo (neste a energia é suprida pela distribuidora na qual a unidade consumidora está conectada). Desconsidera-se, advertiu, a integralidade que permite “levarmos energia do Sul ao Nordeste”. “Somos clientes de todas as usinas térmicas e hidráulicas. Ai inventamos um sistema que individualiza.”

D'Araújo salientou o papel fundamental da Eletrobras, que garante investimentos e oferta do insumo. O setor privado, ao contrário, “é um ‘adolescente’ que quer saber só de lucro e empréstimo subsidiado”. Por isso, questionou: “Quantas usinas o mercado livre construiu e consome? Trinta por cento da nossa energia e não contribui com nenhuma expansão. Somente o Estado pode assegurar oferta adequada e reduzir as graves desigualdades sociais entre as regiões brasileiras.”

Carlos Monte endossou a preocupação, dizendo que “a adoção desse modelo no Brasil, de consultores estrangeiros aproveitando uma vontade de inventar alguma coisa, resultou em descalabros” e que as equipes técnicas das empresas do grupo Eletrobras foram gradualmente sendo

destruídas. “Criou-se um clima contra a empresa, de que é má gestora e operadora do sistema. Isso fez com que suas ações se desvalorizassem e a proposta de vendê-la por qualquer preço prosperasse.”

Monte defendeu alternativas à geração do insumo, como desenvolver usinas em colaboração com os outros países da América do Sul, principalmente Argentina, Peru e Colômbia. O consultor do “Cresce Brasil” apoia o aumento da capacidade de produção brasileira de energia eólica, que já é maior do que muitos países europeus. “Estamos hoje com cerca de 7% da nossa energia total sendo gerada a partir da usina eólica e podemos chegar a 25% com a finalização de novos parques.”

Outras frentes importantes, conforme Monte, são a energia solar, ainda iniciante e sem valores expressivos; a usina nuclear e a térmica. “Há obstáculos técnicos criados que dificultam transferir pela rede a energia solar para o centro de consumo. Por isso, ela funciona razoavelmente na produção para uso doméstico com a utilização de painéis colocados nos telhados das casas. Já a usina nuclear (Angra III) precisa ser terminada e merece ser considerada para aproveitamentos futuros. Na questão das térmicas, a única saída

possível é a utilização do gás da bacia marítima de Santos.”

Petróleo e gás

Ricardo Maranhão afirmou que a retomada do desenvolvimento do País passa pela preservação e valorização do setor de petróleo e gás e da Petrobras. A petrolífera, como afirmou ele, é responsável por cerca de 60 mil empregos diretos e por mais de 1 milhão de postos indiretos nas diversas frentes de produção ligadas à área de hidrocarbonetos.

A defesa da Petrobras, conforme Maranhão, significa garantir um patrimônio imensurável nacional, que é o pré-sal, “a maior descoberta de petróleo no mundo, nos últimos 20 anos”. “Significa uma nova fronteira geológica”, completou. Os desafios para explorar esse petróleo, que está a 300km mar adentro, como descreveu ele, são enormes, mas foram superados pela capacidade tecnológica da Petrobras, que firmou parcerias com mais de 100 universidades e centros de pesquisa do País.

Em 2013, informou Maranhão, todos os poços perfurados do pré-sal tiveram 100% de acerto, um alcance quase inédito em relação a outros tipos de perfurações no mundo. “Em vez de defendermos essa grandeza, temos entreguistas na direção da empresa que passam informações falsas para a sociedade, uma delas de que a companhia estaria quebrada. Isso é mentira. Há oito anos a Petrobras mantém US\$ 16 bilhões em caixa.”

A mesa do debate contou, ainda, com a presença dos presidentes dos sindicatos dos engenheiros do Pará (Senge-PA), Eugênia Von Paumgarten, e de Goiás (Senge-GO), Gerson Tertuliano; e da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas (Abee-Nacional), José Latrônico Filho; além do diretor do Seesp, Carlos Kirchner.

Confira as apresentações

Roberto D'Araújo:

<https://goo.gl/o1asZX>

José Antônio Latrônico Filho:

<https://goo.gl/jkKGZf>

Debate abordou desafios das entidades, ambiente político e estratégias para superar os ataques

Conjuntura sindical e perspectivas

Deborah Moreira

“Desafios do movimento sindical: resistir e defender os trabalhadores”. Esse foi o tema do Painel II do X Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), na manhã do dia 14 de setembro. Sob coordenação dos diretores da FNE Antonio Florentino de Souza Filho e Maria de Fátima Ribeiro Cór, três renomados especialistas abordaram o assunto e apontaram caminhos a seguir.

Um deles, Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), traçou um panorama crítico do País em que Estado, sociedade e mercado estão em crise, com “um governo incapaz de promover ajuste em contexto democrático e de atender as demandas sociais”.

Para Toninho, os três poderes se organizaram para promover o desmonte em curso. Nessa atuação conjunta, o Executivo lança mão da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite que o governo federal utilize livremente parte de sua arrecadação, remanejando receitas de todos os impostos e contribuições sociais federais. Além disso, age sob a égide da Emenda Constitucional

Atividade aponta caminho das pedras para garantir defesa dos trabalhadores.

Esse inclui aproximação da base, valorização das assembleias e prestação de serviços a associados.

95, que congela os gastos públicos até 2036, inviabilizando o atendimento adequado à população e os investimentos públicos (*leia matéria nas páginas 4 e 5*). Ao Legislativo coube a aprovação de medidas como a abertura da exploração das reservas do pré-sal a transnacionais (*leia mais na página 6*), a Lei 13.467/2017, que implementou a reforma trabalhista, e a terceirização da atividade-fim. E o Judiciário dá sustentação a tais ações.

A se manter a lógica, prevê ele, serão feitas também as mudanças das regras para



Especialistas traçam panorama crítico atual e saídas à garantia da defesa e representação dos trabalhadores.

a aposentadoria. “Com o passar dos anos haverá mais beneficiários, o que demandará mais recursos. Para pagar os benefícios será preciso retirar de outras áreas, como saúde, educação, moradia, mobilidade. Com isso, boa parte do orçamento público será consumida pela Previdência, e o governo vai usar essa situação para apresentar a reforma como solução”, alertou.

Ações de curto, médio e longo prazo

Para enfrentar a crise gerada por esse quadro e as consequências da reforma trabalhista, que retirou direitos, dificultou o acesso à Justiça e trouxe embaraços à representação coletiva, inclusive tornando não obrigatória a contribuição sindical, foram dadas recomendações práticas e estratégicas. O consultor e analista político João Guilherme Vargas Netto chamou a atenção das entidades para os aspectos legais ainda preservados em favor do trabalhador. “Temos que exercer todos os poderes legais que foram mantidos”, conclamou, citando o direito de fazer assembleias. “Na hora de assinar acordo, é o sindicato que assina. Pode-se exigir em acordo coletivo que o sindicato faça a homologação”, exemplificou.

“A estrutura sindical tem poder”, frisou, e os sindicatos devem valer-se dele.

Para Vargas Netto, há iniciativas a serem tomadas no curto, médio e longo prazos. O primeiro caminho a seguir são campanhas permanentes de filiação e busca de novas fontes de recursos, como prestação de serviços aos associados e locação de eventuais espaços físicos. Também devem ser pensadas formas de reforçar a assistência aos desempregados até a sua colocação, favorecendo a continuidade do associativismo. Em médio prazo, as entidades podem fazer planos de negócios; preparar formadores nas entidades para capacitação das bases, dos dirigentes e de funcionários; melhorar a comunicação interpessoal e institucional.

Por fim, apontou Vargas Netto, o movimento sindical precisa recuperar sua atuação e protagonismo, bem como sua capacidade de mobilização e articulação. É necessário assegurar fontes sustentáveis de custeio, ampliar lastro com as bases, incluídas as famílias dos trabalhadores, além de promover alianças com outras forças sociais e participação em espaços institucionais. Ele sintetizou o caminho das pedras: resistência, ressindicalização, criação de novas receitas, efetivo exercício do poder legal e participação ativa na política.

Na busca de novas fontes de recursos, apontou a desembargadora Ivani Bramante, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, está a criação da comissão de homologação de rescisões contratuais, de acordo extrajudicial, de despedida e de quitação anual dos haveres trabalhistas. “Muitos sindicatos de trabalhadores estão negociando com os patronais, criando essas comissões e cobrando pelo serviço”, contou. Segundo ela, o mecanismo pode ser incluído no acordo coletivo.

A magistrada também chamou a atenção para pontos presentes na reforma trabalhista cujos efeitos podem ser sanados na negociação coletiva. Entre esses, a inclusão do trabalhador considerado hipersuficiente (que recebe acima de R\$ 12 mil) no acordo, já que pelas novas regras esse profissional ficaria sem representação para suas reivindicações junto à empresa. “Um engenheiro pode ser contratado com salário acima de R\$ 12 mil, mas ficar de fora do acordo que lhe daria direito aos benefícios, como plano de saúde e cesta de alimentos”, observou.

Confira apresentação de Ivani Bramante: <https://goo.gl/S8ak8k>

Vitória foi anunciada em plenária que aprovou Carta do Congresso Nacional dos Engenheiros e moções

Diretoria da FNE é eleita com 95% dos votos

Soraya Misleh

Instância máxima de deliberação e discussão da federação, o X Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse) reuniu representantes dos 18 sindicatos filiados à entidade, de Norte a Sul do País. Ao encerramento, esses elegeram por esmagadora maioria a nova diretoria da FNE para o triênio 2019-2022. De 191 delegados, apenas três votaram nulo e seis, branco. Noventa e cinco por cento deram seu aval à chapa encabeçada por Murilo Pinheiro, reeleito presidente da federação. O início da gestão será em 16 de março do próximo ano.

O anúncio da vitória foi feito durante plenária no mesmo dia do pleito, sob coordenação de Sebastião Fonseca, relatoria e secretaria de José Ailton Ferreira Pacheco, Manuel Vieira e Thereza Neumann, diretores da FNE. No ensejo, foi discutida e aprovada a Carta do X Conse (<https://goo.gl/hjX3Ts>), que aponta ações e desafios a serem enfrentados à valorização da engenharia rumo à retomada do desenvolvimento. As medidas essenciais, fruto dos debates realizados durante o congresso – que se iniciou no dia 13 –, estão sintetizadas em 16 pontos do



Plenária debateu documento final do Conse e ações fundamentais à engenharia e ao País.

documento. Entre eles, mudança na política econômica de forma a estimular a indústria, a produção e o trabalho sustentáveis; retomada urgente das obras paralisadas; volta dos investimentos públicos e do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, ao que é crucial a revogação da Emenda Constitucional 95; preservação da Petrobras e da Eletrobras como empresas estatais; incentivo à indústria nacional, com forte investimento em pesquisa, ciência e tecnologia; defesa do saneamento básico público e revogação da MP 844/2018, visando garantir a universalização dos serviços, saúde pública e condições de vida digna a todos os brasileiros; combate à terceirização e revogação da Lei 13.467/2017, que suprimiu direitos históricos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e visa destruir as entidades sindicais que representam os trabalhadores; preservação da Embraer como empresa nacional; aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/2013, que cria a carreira pública de Estado e valoriza a profissão de engenheiro nos municípios, estados e União, bem como do Projeto de Lei 6.699/2002, que inclui como crime contra a saúde pública o exercício ilegal da profissão de engenheiro e agrônomo.

À plenária, foram ainda aprovadas 19 moções, entre elas as relativas à garantia de qualidade do ensino de engenharia; pela preservação da Companhia Docas do Estado de São Paulo, administradora do complexo portuário, como empresa pública e estratégica; e contra a venda da brasileira Embraer à americana Boeing ([confira em https://goo.gl/1zftiL](https://goo.gl/1zftiL)).

forma de benefícios, assistência e serviços; e discussão de propostas para as diversas áreas que envolvam a engenharia e tecnologia, por meio do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Este último traz em sua nova edição como central a retomada da engenharia nacional para o País voltar a crescer ([disponível em https://goo.gl/HdhKz7](https://goo.gl/HdhKz7)).

As ações indicadas pelos engenheiros vão ao encontro do programa de gestão da diretoria eleita da FNE. Seu plano de trabalho inclui acompanhamento dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, com atuação permanente em defesa dos interesses da categoria, da soberania nacional e da regulamentação profissional; defesa do salário mínimo profissional; continuidade e fortalecimento do movimento “Engenharia Unida”; incentivo à criação de possibilidades para que estudantes tenham condições especiais como pré-associados, aproximando os novos engenheiros das atividades sindicais; adoção de iniciativas que atendam a necessidades abrangentes da categoria, sob a



Engenheiros de todo o País votam na eleição para a diretoria da federação.



Profissionais deliberam sobre carta do congresso e moções.

Presidente – Murilo Pinheiro; **vice-presidente** – Antonio Florentino de Souza Filho; **diretor administrativo** – Carlos Bastos Abraham; **diretor administrativo adjunto** – Wissler Botelho Barroso; **diretor financeiro** – José Carlos Ferreira Rauen; **diretor financeiro adjunto** – Luiz Benedito de Lima Neto; **diretor de Relações Internas** – José Luiz Bortoli de Azambuja; **diretor operacional** – Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida; **diretor de Relações Institucionais** – Manuel

A chapa vitoriosa

José Menezes Vieira; **diretores regionais** – Marcos Luciano Camoelas Grancindo Marques (Norte), Modesto Ferreira dos Santos (Nordeste), Antonio Carlos Soares Pereira (Sudeste), Gerson Tertuliano (Centro-Oeste) e Edson Kiyoshi Shimabukuro (Sul); **diretores de Departamentos** – Tadeu Ubirajara M. Rodriguez (Negociações Coletivas Nacionais),

Maria de Fátima Ribeiro Có (Assuntos do Exercício Profissional); José Ailton Ferreira Pacheco (Relações Acadêmicas); José Luiz dos Santos (Relações Internacionais); **diretores representantes na Confederação** – Sebastião Aguiar da Fonseca Dias (titular) e Disneys Pinto da Silva (suplente); **conselheiros fiscais** – Antonio Ciro Bovo, Fernando Palmezan Neto e Robson de Castro Teixeira (efetivos) e Francisco Wolney Costa da Silva e José Murilo Moura dos Reis (suplentes)